

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.167 - SP (2019/0244639-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : A A S**  
**ADVOGADO : CARLOS ALBERTO DE SALVI JUNIOR E OUTRO(S) - SP203257**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. APELO RARO. INADMISSÃO. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N.º 182 DO STJ. APLICAÇÃO. AGRADO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. O princípio da dialeticidade, positivado no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3.º do Código de Processo Penal, impõe ao recorrente o ônus de demonstrar o desacerto da decisão agravada, impugnando todos os fundamentos nela lançados para obstar sua pretensão.

2. No caso concreto, as razões do agravo regimental não impugnaram os fundamentos da decisão agravada, mas se limitaram a sustentar que essa feriria os princípios legais e constitucionais. Aplicação da Súmula n.º 182 do STJ.

3. Agravo regimental não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRA LAURITA VAZ**  
Relatora